

Fernando Molica

A fantasia do desejo cívico-militar

As escolas cívico-militares não passam de enganação simplória respaldada em fantasias autoritárias, mas a popularidade da iniciativa entre parcelas da sociedade deveria gerar discussões mais amplas sobre o ensino público.

É preciso diferenciar o oportunismo de políticos da busca, por pais e alunos, de uma educação que associe qualidade e que se dê em espaços onde haja condições para o exercício das tarefas de ensinar e aprender. O exercício da democracia, a busca de inclusão e a abolição de mecanismos arbitrários e discriminatórios são pontos positivos que arejaram a sociedade em geral e as escolas em particular.

Mas não é simples operar uma transição, ainda mais em ambientes marcados pela desigualdade e pelo descaso do poder público. Há décadas que a sociedade, de um modo geral, admite que ensino básico oferecido pela rede oficial é — com as exceções de praxe — inferior ao da rede privada. Uma distorção aceitável apenas pela tradição excludente brasileira.

Instalações deficientes, baixa remuneração de professores e funcionários e falta de mecanismos de apoio e de incentivo aos estudantes permitem que, muitas vezes, a escola seja invadida por conflitos e contradições existentes fora de seus muros.

Sem dispor — ainda bem — de mecanismos de controle existentes no passado, como expulsões sumárias de alunos, e sem estrutura para construir alternativas de convivência, muitas escolas foram jogadas em um impasse. Viram-se incapazes de elaborar e implantar formas respeito e (por que não usar a palavra?) disciplina.

As escolas cívico-militares acabam ocupando um espaço que vai na mesma linha de políticos que, de maneira cíclica, prometem acabar com a

bandalheira, corrupção e bandidagem. Diante das dificuldades apresentadas por uma educação que se propõe mais ampla, os quartéis escolares surgem como uma alternativa possível. Estão para a educação como o regime de Nayib Bukele, de El Salvador, para a democracia. Servem também para aumentar ganhos de PMs.

Muitos pais querem uma escola em que professores não precisem gritar o tempo todo com os alunos e que não tenham agressões. Para isso, aceitam uma instituição que imponha ordem unida, formate cabeças e comportamentos, que limite sinais externos de inconformismo, como cabelos longos e saias curtas.

A escola ganha assim uma função de controle externo como a exercida por muitas denominações religiosas, que, aliadas à ameaça da danação eterna, impõem o que classificam de jeito correto de se viver. Chega a ser caricatural entregar a policiais militares a função de cobrar o respeito à lei e à ordem, mas a necessária condenação ao modelo criado no mandato de Jair Bolsonaro não pode ignorar que se trata de uma alternativa aprovada por muita gente; pessoas cansadas de constatar o desinteresse de seus filhos pela escola, de ouvir relatos de agressões e de outras formas de violência.

Agarram-se ao novo modelo não porque vejam nele uma solução ideal, mas uma saída viável. O problema é da sociedade, até aqui incapaz de construir uma escola pública de qualidade e comprometida com a democracia.

(Ah, os erros de grafia de palavras cometidos por um tenente da PM em Caçapava [SP] não devem ser tomados como algo padrão nesse tipo de escola, mas servem de alerta para todo mundo).

Tales Faria

“Me dá vontade de pegar o boné”, foi a reação de Haddad a Gleisi

Poucas pessoas têm tanta capacidade de irritar o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quanto a ministra das Relações Institucionais.

Mas agora Haddad avalia que Gleisi está tentando jogar o presidente Lula contra ele, ao insinuar que o ministro não é fiel ao presidente.

Na última quarta-feira, 28, a ministra declarou ao ser questionada por jornalistas: “Todos têm que vestir a camisa. [...] Defendo que todos os quadros nossos, inclusive o ministro (Fernando Haddad), sejam candidatos nesse processo eleitoral. [...] Precisamos fazer essa disputa nos estados [...] e precisamos instalar os nossos melhores quadros.”

Publicamente, no dia seguinte, Haddad reagiu com ironia: “Estou comemorando a Gleisi ter me elogiado.” Mas, reservadamente, interlocutores próximos disseram que ele ameaçou até desistir da política e voltar para o meio acadêmico. Teria dito: “Me dá vontade de pegar o boné.”

Os dois se desentendem desde a época em que o então ex-presidente foi preso, em abril de 2018. Mantinham visitas constantes a Lula na prisão e disputavam o papel de porta-voz do ex-presidente, que permaneceu candidato até ser declarado inelegível pela Justiça Eleitoral, em outubro de 2018.

Haddad tornou-se o cabeça da chapa à Presidência, com Manuela D’Ávila (PcdoB) como vice. Gleisi passou a campanha com um tom crítico em relação ao candidato. Primeiro disse que ele estava em “estágio probatório”. Depois, quando já tinham chegado ao segundo turno contra Jair Bolsonaro (PL), declarou que Lula, da cadeia, havia mandado

um recado: não era para Haddad visitá-lo mais.

O tom de Gleisi era o de uma bronca, como se Haddad tivesse feito menos campanha de rua do que era preciso para vencer no primeiro turno.

Dentro do PT, a ministra sempre defendeu uma postura crítica sobre a política econômica de Haddad. O ministro se aliou ao grupo que elegeu Edinho Silva sucessor de Gleisi no comando da sigla.

O grupo de Edinho defendeu a ampliação do diálogo com setores mais alinhados ao centro e à direita para aumentar a penetração eleitoral do PT em outros segmentos da população. O grupo de Gleisi defende que a sigla deve ser firme na defesa das ideias de esquerda.

Haddad anunciou que deixará o Ministério neste mês, mas que não gostaria de ser candidato a nenhum cargo eletivo neste ano. Prefere atuar na coordenação da campanha pela reeleição de Lula.

No Palácio do Planalto, no entanto, diz-se que Lula o quer como candidato a governador de São Paulo. No PT, praticamente todos os integrantes do comando partidário defendem a candidatura de Haddad como única opção. Pesquisas internas apontariam que ele é o único em condições de levar a eleição contra Tarcísio de Freitas (Republicanos) ao segundo turno.

Gleisi se juntou a Edinho Silva e a ministros como Camilo Santana — que também deixará a pasta da Educação em abril para as eleições — na defesa da tese de que Haddad tem que ser candidato.

Mas o ministro entende as estocadas de Gleisi contra ele e até contra a política econômica como mera provocação e “dor de cotovelo”. E que ela está “passando dos limites”.

Márcio Coimbra*

Rota da Seda Tropical

O terceiro Policy Paper da China para a América Latina e o Caribe transcende o roteiro diplomático convencional: é um manifesto de poder suave que visa integrar a região a uma órbita econômica e política centrada em Pequim. Sob a retórica de uma “comunidade de destino compartilhado”, apresenta-se uma alternativa pragmática às ingerências ocidentais. Contudo, sob a superfície de uma cooperação técnica aparentemente neutra, desenha-se uma estratégia para expandir a hegemonia chinesa, tornando os países latino-americanos dependentes de sua economia e, por extensão, subalternos politicamente.

A arquitetura dessa dependência revela-se na discrepância entre o discurso e a prática. Embora a Nova Rota da Seda prometa industrialização, os dados de investimento entre 2024 e 2026 demonstram uma concentração maciça em setores extrativos e infraestruturas críticas. O foco no controle da cadeia de suprimentos de minerais estratégicos — como o lítio no Cone Sul — e na consolidação de redes elétricas no Brasil e Peru indica que Pequim busca, primordialmente, sua própria segurança energética, mantendo a América Latina como fornecedora de insumos primários sob uma nova roupagem tecnológica.

O risco à soberania nacional é nítido no “aprimoramento tecnológico”. Ao exportar ecossistemas de governança digital através de padrões chineses de 5G, inteligência artificial e o sistema de satélites BeiDou, Pequim cria uma dependência estrutural de longo prazo. Politicamente, o apoio econômico atua como um freio à autonomia diplomática, condicionando investimentos ao rigoroso cumprimento do “Princípio de Uma Só China” (ferindo a autonomia de Taiwan) e ao alinhamento com as Iniciativas de Segurança Global. Paralelamente, a dependência financeira é reforçada por acordos de swap cambial e liquidação em Renminbi, que anco-

ram as reservas locais às políticas monetárias chinesas, configurando uma nova forma de vassalagem econômica.

Para evitar a passividade, os governos latino-americanos devem adotar diretrizes de negociação soberanas. É imperativo exigir transferência efetiva de tecnologia e transparência radical nos contratos, evitando o uso de recursos naturais como garantia de dívida. Além disso, a negociação deve ser coletiva, pois o fortalecimento de blocos regionais e frentes temáticas permitiria que a região negociasse a partir de uma posição de força, mantendo a diversidade de parceiros globais e utilizando a competição geopolítica em seu favor. Por fim, a aprovação de projetos que instituem autoridades de avaliação de investimento estrangeiro (já em tramitação no parlamento brasileiro) seria uma ação estratégica essencial neste cenário.

Em última análise, o documento chinês é a certidão de nascimento de uma nova ordem hegemônica nos trópicos. A América Latina não pode se dar ao luxo de trocar antigas tutelas por uma dependência tecnológica e financeira irreversível. O “destino compartilhado” só deixará de ser um eufemismo para a subalternidade se a região despertar para a necessidade de uma soberania ativa e coordenada. A escolha é inadiável: ou a América Latina se posiciona como um bloco estratégico e autônomo, ou será reduzida a um mero insumo nas ambições imperiais da China para o século XXI.

***CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Conselheiro e Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal.**